SENADO FEDERAL
SENADOR PAULO PAIM

AUDIÊNCIA PÚBLICA QUILOMBO SILVA

Subcomissão Permanente de Igualdade Racial e Inclusão

Porto Alegre – 2005

Quilombo Silva: o primeiro quilombo urbano do Brasil

A Subcomissão de Igualdade Racial e Inclusão (CDH) do Senado Federal realizou, dia 16 de junho deste ano, em Porto Alegre a Audiência Pública sobre a propriedade das terras de remanescentes quilombolas. A ênfase do debate ficou em torno do problema enfrentado pelos moradores do Quilombo Silva que – apesar de ter sido reconhecido em 2004 como sendo o primeiro quilombo urbano do País –, recentemente haviam sido ameaçados de despejo.

A ação demonstra mais uma vez a luta diária contra o preconceito, contra as discriminações. Mas, mostra também a força da nação negra ao exigir seus direitos. Posteriormente a esta audiência, nos reunimos com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, que garantiu aos representantes dos Silva a titularidade das terras. Ao longo de nossas vidas enfrentamos uma série de batalhas e é com alegria que já podemos sentir o gostinho dessa vitória. Uma vitória que incentiva a todos a continuar a batalha.... pelos Silva e por todo negro que for, de alguma forma, discriminado**.**

Senador *Paulo Paim* (PT – RS) – Presidente da Subcomissão de Igualdade Racial e Inclusão.

Em Porto Alegre, Paim coordenou a audiência pública do Senado sobre as terras do Quilombo Silva.

Deputado Estadual Dionilson Marcon (PT – RS) – presidente da Sessão

(...) Convidamos para fazer parte da mesa de trabalhos o companheiro das lutas sociais e da questão racial, Presidente da Comissão Permanente da Igualdade Racial e Inclusão, Senador Paulo Paim, e o Vice-Presidente da mesma Comissão, Senador Mão Santa, do Piauí. (...)

Convidamos também o Sr. Edson Portilho, companheiro negro que tem defendido essa questão nesta Casa.

Convidamos, ainda, a Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, companheira Miriam Marroni, Deputada Estadual do PT.

Queremos registrar a presença do Deputado e companheiro, Líder do Governo na Assembléia, Adão Villaverde. S. Exª está

participando de outra reunião na Casa e só veio até aqui para registrar sua presença.

Convidamos para fazer parte da Mesa desta audiência pública, e não poderia ser diferente, em nome da família Silva, a Srª Rita de Cássia Silva, representante do Quilombo Silva.

Convidamos a Srª Maria Bernadete Lopes, representante da Fundação Cultural Palmares.

(...)

Convidamos a representante da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Pública, Terezinha Campanello.

Convidamos Carlos Alberto Lian, representante da Procuradoria-Geral do Estado; o Dr. Mauro Silva de Souza, representante da Procuradoria-Geral da Justiça; Flávio de Souza, Presidente do Codene; a Drª Miriam Balestro, do Ministério Público Estadual; o companheiro Mozart, representante do Ministério de Desenvolvimento Agrário.

Convidamos e registramos a presença do companheiro Paráclito Braseiro, Superintendente-Adjunto do Incra, no Rio Grande do Sul. E uma grande parceira nessa luta, Carmem Else, Procuradora-Geral da União, que tem feito uma grande parceria nessa questão do Ministério Público Federal.

Queremos registrar, (...) o Vereador Comasseto e o Vereador Raul Carriel, que estavam junto conosco (...) Vereador Todeschini e Vereadora Sofia Cavedon, que, dentre esses quatro vereadores e vereadoras, têm conseguido um grande apoio da maioria dos vereadores de Porto Alegre nessa luta, nessa causa.

Então, queremos aqui desejar, em nome da Comissão de Direitos Humanos, em nome da Assembléia Legislativa, do Presidente e do Vice-Presidente desta Comissão do Congresso Nacional, e não era diferente esperar do nosso Senador, companheiro Paulo Paim, que tem brigado muito por essa questão racial e pelo fim da discriminação do nosso povo brasileiro e do mundo inteiro, desde essa luta do Quilombo Silva e demais lutas, sempre teve à disposição. Esta semana, tivemos diversas vezes em contato telefônico, falando sobre como estava a questão da luta do Quilombo Silva – do nosso gabinete, do gabinete do Edson Portilho, na Comissão

de Direitos Humanos – e ele tem se colocado à disposição para fazer esta audiência pública. Tivemos hoje pela manhã um grande café em comemoração por todas as vitórias que tivemos até este momento, porque o despejo era para ter acontecido na semana passada. (...) Peço desculpas por só ter visto agora entre nós o companheiro do Ministério ao Combate ao Racismo, o companheiro Ivan, que convidamos para estar aqui na Mesa. (...)

Passo a palavra neste momento ao Presidente da Comissão no Congresso contra o racismo, o combate à questão do racismo, que vai coordenar este trabalho, o companheiro gaúcho, o Senador Paulo Paim.

Senador Paulo Paim (PT – RS) – coordenador

Meus amigos e minhas amigas, o nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Marcon, já citou todas as autoridades aqui presentes.

Quero primeiro dizer da minha alegria em estar aqui no nosso Rio Grande num momento tão importante como este e dizer também da minha satisfação de perceber que esse movimento da família Silva, que é um exemplo que, tenho certeza, vai ter uma enorme repercussão em todo o País, está sendo debatido em cima do interesse do nosso povo e da nossa gente.

Dizer, Marcon, Edson, Deputado Marrone, Mão Santa, enfim, todos que estão aqui e já foram citados, que percebo, com muita satisfação, que essa disputa não é partidária. Diziam-me eles, aqui, que todos os partidos estão apoiando, que o Governo do Estado está apoiando, que a Assembléia Legislativa está apoiando, que a prefeitura de Porto Alegre está apoiando, que o Governo Federal, aqui representado por três órgãos, está apoiando, que a gente construa, Senador Mão Santa, de forma coletiva a saída que todos esperam.

Quero dizer a vocês que é com muita alegria que estou aqui ao lado do Senador Mão Santa. Quando aprovamos o requerimento desta audiência pública em Brasília havia a vontade de quatro senadores de estarem aqui conosco: o Senador Romeu Tuma, do PFL, o Senador Marcelo Crivella, do PL, o Senador Mão Santa, do PMDB.

Infelizmente, houve um conflito em Mato Grosso do Sul e dois senadores da nossa Comissão tiveram que se deslocar para lá. Quero também dizer que o Senador Mão Santa, quando foi convidado, após explicarmos o fato a S. Exª e discutirmos o requerimento na Comissão, de imediato, disse que não abria mão de vir ao Rio Grande do Sul para ajudar numa saída concreta à situação da família Silva.

Senador Mão Santa, V. Exª tem sido na tribuna um adversário muitas vezes contundente, real, com posições, quando discorda de alguma questão do Governo Federal, mas, nas questões de interesse do nosso povo, da nossa gente, estamos sempre juntos. Por isso, queria que o Rio Grande do Sul desse uma grande salva de palmas ao Senador Mão Santa e ao seu Piauí, pela forma correta, adequada, grande e generosa de suas atitudes. O Senador Mão Santa deixou até o debate da CPI para vir aqui, porque entendeu que este é um grande momento para o povo brasileiro e está aqui à nossa disposição.

Presidente desta Comissão, companheiro Marcon, perguntaram-me quem iria presidir esta reunião. Claro que estamos aqui numa audiência pública oficial do Senado da República, mas em parceria com a Assembléia Legislativa. Digo a todos que vamos dividir essa unidade e vamos presidir juntos. Uma salva de palmas ao Marcon, à Comissão de Direitos Humanos, à Assembléia, enfim, a todos os deputados, vereadores, a todas as entidades presentes. Vamos encaminhar de forma tranqüila; vamos dividir a Presidência e a coordenação. Tenham certeza de que estamos aqui para ouvi-los, para levar para Brasília os encaminhamentos que aqui vocês fizerem. Vamos nos somar para que, efetivamente, a família Silva, personagem principal desse processo, que terá repercussão em todo o País, haverá de ter a solução adequada, que permita que essa luta – para mim, secular – seja consolidada com a assinatura definitiva da titularidade da terra a que vocês têm direito.

Deixamos claro que vamos ouvir, mas tanto eu como o Senador Mão Santa e toda esta Comissão, nesta situação, temos posição, temos lado: estamos ao lado da Família Silva. Podem ter certeza absoluta disso.

Com essa pequena introdução, devido à formalidade, passo a encaminhar audiência da seguinte forma:

Declaro aberta a 5ª Reunião da Subcomissão Permanente da Igualdade Racial e Inclusão, do âmbito da Comissão dos Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura do Senado Federal.

Assim, vamos dar início aos trabalhos, atendendo ao Requerimento nº 2, de 2005, da Subcomissão de Igualdade Racial e Inclusão, de minha autoria, que solicitou a realização da presente audiência pública, com a finalidade de debater a ação impetrada de despejo em face da situação do 1º Quilombo Urbano reconhecido no Brasil, localizado no Bairro Três Figueiras, em Porto Alegre, cujo teor passo a fazer a leitura:

Sr. Presidente da Subcomissão Permanente de Igualdade Racial e Inclusão, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública com vistas a tratar sobre ação impetrada em face do 1º Quilombo Urbano reconhecido no Brasil, localizado no Bairro Três Figueiras, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados representantes... [cito todos eles: Incra, Quilombolas, Movimento Negro, Fundação Palmares, Píer, Direitos Humanos, Ministério Público, enfim, faço toda a citação dos convidados que estão aqui na Mesa].

O tal requerimento foi aprovado, por unanimidade, e publicado pelo Senado da República.

Com essa leitura formal, esses procedimentos, a partir do Senado, declaramos aberta esta importante audiência pública do Senado Federal em parceria com a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e, especificamente, Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo nosso Deputado Marcon.

A partir deste momento, nessa parceria de encaminhamentos, eu e o Senador Mão Santa vamos dar o direito de fazer a nossa fala no final e vamos passar a ouvir os depoentes.

Convido já o nosso colega Deputado Marcon para fazer, então, os encaminhamentos, para que cada um possa fazer o seu depoimento. E vamos, de mãos dadas, encaminhar a coordenação deste importante debate.

Representante dos Silva, Rita de Cássia da Silva Dutra

(...) Quero falar sobre duas coisas importantes, já que o nosso senador veio de Brasília especialmente para ver essa situação difícil, então (...) que faça um encaminhamento, não sei, ou pressione (...) o Governo. O Governo tem que estar junto com a gente. Ele tem que tomar uma posição nesse sentido.

Está certo, o Incra agora já está com todos esses processos. São cem dias de espera, são cem dias de angústia. E penso que, de repente, um diálogo entre os senhores fará com que isso seja mais rápido. Acredito que tenha outras formas, outros caminhos. Então, vou entregar ao senhor também esta ata que foi da comunidade, no quilombo, com o pessoal todo que esteve lá, Direitos Humanos, o pessoal do Movimento Negro, o Deputado Edson Portilho, todo esse pessoal que vem acompanhando a gente nessa luta. E o que a gente quer é titulação já.

Representante do Movimento Negro Unificado e assessor jurídico da questão, Onir Araújo

(...) Seria fundamental, primeiro, que se fizesse um breve relato da história do Quilombo dos Silva. Essas 12 famílias estão resistindo há mais de 70 anos numa região que hoje é o metro quadrado mais caro do Rio Grande do Sul, resistindo bravamente. Com a tentativa de despejo da quinta-feira da semana retrasada houve uma resistência muito grande, tanto da família, como do conjunto do Movimento Negro, parlamentares solidários, e o resultado concreto, hoje, é que a medida de imissão de posse ou de despejo, está suspensa, por meio de um agravo de instrumento que foi distribuído pela Assessoria Jurídica do Movimento Negro Unificado em nome da família. Suspensão essa que está dando fôlego para que sigamos com resistência e com a mobilização. (...) Quero registrar também a comissão provisória pela formação da Associação Estadual dos Quilombolas,

no sentido de se garantir aquilo que é de direito do nosso povo. Seria importante lembrar (...) que temos um prazo burocrático para as tramitações, em que pesem os questionamentos em relação ao prazo para a titulação.

(...) Já que o Ministério do Desenvolvimento Agrário coloca que é necessário esse prazo de mais ou menos 120 dias para se dar o título, que haja uma grande articulação nacional no sentido da garantia de que essas famílias permaneçam lá. E (...) que essa situação da família Silva sirva para sensibilizar, em conjunto, o Movimento Social Nacional, na medida em que são 2.280 áreas remanescentes de quilombos no País. E essa dívida não é uma dívida só de quatro anos, é uma dívida de 505 anos, para que se dê concretude ao art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no sentido da titulação imediata de todas as áreas de remanescentes de quilombos, sejam os quilombolas estarem em áreas públicas ou em áreas privadas.

Então, é muito importante essa vinda da comissão do Senado da República aqui no Rio Grande do Sul, no sentido de que essa resistência da família Silva (...) sirva para criar uma grande unidade em torno da questão da titulação imediata das áreas de remanescentes de quilombo. Nós (...) estaremos desempenhando o nosso papel, na resistência, na luta. E é muito importante que os agentes institucionais estejam nessa parceria, como estiveram aqui no quilombo dos Silva, no sentido de que essa vitória (...) seja uma vitória de conjunto (...), do povo negro, em nível nacional, numa caminhada pela titulação imediata das 2.200 áreas de remanescentes de quilombo no País.

Costumamos dizer o seguinte: que a política não deve estar a serviço da burocracia, mas a burocracia deve estar a serviço da política e das necessidades do povo negro (...)

Quero agradecer, em nome de todos, e fazer um chamado a todos aqueles do movimento social e do movimento social negro: somem-se a essa luta da família Silva, que esse é o caminho que nós temos que trilhar pela libertação do nosso povo e pela construção de uma verdadeira democracia racial neste País. (...)

Presidente do Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (CODENE), Flávio de Souza

(...) Aqui hoje se instala um marco histórico para todas as nossas lutas, porque tudo isso que acontece com a família Silva demonstra, junto com outras ações, que neste País o racismo marcha conosco diariamente. Aqui no Rio Grande do Sul, por exemplo, houve o seqüestro da religião de matriz africana. As religiões de matriz africana foram prejudicadas e perseguidas. Mas existem ferramentas que a comunidade negra tem para utilizar. Cito, em especial, o Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, um órgão institucional, uma ferramenta da comunidade negra que diariamente sofre dificuldade para o cumprimento do seu papel, (...) e poderia ser mais uma ferramenta para trabalhar (...) com a força que merece essa luta.

As estruturas que o Estado tem são muito maiores do que demonstrou nesse episódio. O Estado do Rio Grande do Sul pode, sim, ter uma ação mais efetiva. E é esta defesa que o Conselho Estadual da Comunidade Negra tem feito dentro do Governo do Estado: uma ação mais efetiva. Se não consegue trabalhar na titulação de terras, então tem que trabalhar na questão da qualidade de vida desse quilombo que está lá, cercado por uma burguesia, sem a assistência necessária que lhe dê o direito de vida e cidadania. (...)

A Comunidade Negra, felizmente, tem suas representações à altura que merece. Temos o Senador Paim, temos Deputado na Assembléia aqui no Rio Grande do Sul, que nos representa muito bem, Deputado Edson Portilho, Deputado Collares. Mas nós precisamos ampliar nosso espaço político também, porque, na verdade, muitas ações de racismo ainda acontecem dentro das instituições, praticadas por pessoas que detêm poderes públicos dentro do estado e que fazem o papel de capitão do mato. (...)

E onde é que estão os governantes? Em alguns segmentos do Estado, estão lá obstruindo o papel das ferramentas que essa comunidade negra tem. E isso é muito grave.

(...) Quero registrar que também fiz contato aqui no Rio Grande do Sul com alguns membros do Partido da Frente Liberal, para

que revejam essa ação de inconstitucionalidade que tramita contra a titularização, contra os títulos dos decretos de titularização de terra. Acho que temos que fazer um trabalho também. Não basta apenas esperar pela consciência das pessoas, porque há pessoas do Partido da Frente Liberal que dizem que desconhecem essa ação. Então, que o PFL discuta internamente e retire esse documento, porque também ajuda a atrapalhar as nossas ações.(...)

Representante da Prefeitura de Porto Alegre, Terezinha Campanell

(...) Estamos, neste momento, representando a Secretaria de Segurança Urbana e Direitos Humanos. (...) desde o primeiro momento, estamos sem medir esforços para garantir, sim, os direitos da família Silva, valorizando tudo aquilo que já foi construído, conforme a nossa responsabilidade como representantes do Núcleo de Políticas Públicas para o Povo Negro. É também nossa responsabilidade garantir que realmente aconteça tudo aquilo que foi, de anos em anos, de resistências em resistências, elaborado pelo movimento negro.

(...) queremos dizer que, como Secretaria, estamos articulando todas as outras Secretarias para que, em 90 dias, caso aconteça algo desfavorável, estejamos lado a lado (...), trabalhando no sentido de que aconteçam todos os passos para a titulação da família Silva.

(...) Não vamos sair dessa luta, porque é solidariamente que temos que trabalhar as políticas públicas, principalmente para o povo negro, que tanto foi massacrado. E, apesar de estarmos num século moderno, aquele mais avançado, estamos aqui em auditório, numa assembléia, ainda lutando pelos direitos. Nós temos de mostrar que, juntos, somos maiores do que a política. Toda a sociedade tem de estar envolvida. Precisamos, sim, não só termos garantidos os direitos da família Silva, mas, juntos, trabalharmos para que todas as políticas sejam valorizadas, sejam passadas não só por lei, mas que respeitem o ser humano em primeiro lugar. (...)

(...) A família Silva, com certeza, sairá com essa vitória porque, se ela sair com essa vitória, nós, enquanto unidade, seremos todos vitoriosos na sociedade. (...)

Queremos, verdadeiramente, que as políticas públicas se concretizem. Esse é o nosso grande mote no município: políticas públicas se fazem e não precisam mais ser apenas por decretos. (...)

Parabéns à família Silva por ter feito esse grande movimento e por ter feito essa nossa integração. A vitória realmente é para o povo negro.

Diretora da Secretaria Estadual de Cidadania e Trabalho, Neuza Zoch

(...) Acredito que este é um momento de muita reflexão, de muito pensar e de ver com o que cada um de nós pode contribuir para que situações como essas não venham novamente a acontecer no Rio Grande do Sul, em qualquer outra área, em qualquer outro Estado (...).

(...) Queremos que essa situação realmente venha a acontecer, que todos nós paremos e pensemos onde está a lei, como cumprir a lei e de que forma cumpri-la. Queremos a multipluralidade de todas as pessoas, de todas as áreas, de todas as raças, de todas as cores e de todos os partidos, Senador Paulo Paim. (...) Estamos nos colocando enquanto direção de cidadania, onde temos também o Conselho Codene, com Flávio de Souza, à disposição, para tudo aquilo que se possa fazer, se possa pensar. (...)

Representante do Ministério Pluriestadual, Míriam Balestro

(...) O caso dos remanescentes do Quilombo Silva é emblemático. Afeta não somente a família Silva, mas a Nação e toda uma política nacional de reconhecimento dos quilombos. Ele afeta não só os afrodescendentes, mas todos aqueles que lutam pela defesa dos direitos humanos neste País. O Ministério Público Federal e Estadual têm trabalhado dia e noite no sentido de revertermos essa situação. (...)

Analisando esse processo que gerou a emissão de posse, eu e a Drª Carmem, do Ministério Público Federal, já verificamos várias questões possíveis de serem enfrentadas em um processo judicial. (...)

A mensagem do Ministério Público que eu gostaria de dizer é a seguinte: somos, pela Constituição Federal, guardiães da Lei, e a Constituição Federal assegura aos remanescentes de quilombo a titulação de terras. É por isso que aqui, nesta terra farroupilha, estamos tão empenhados nesta luta como fiscais da lei.

Senador Paulo Paim (PT – RS)

Faço questão de enfatizar o trabalho de nosso Ministério Público, uma posição muito firme, de defesa sempre dos interesses do povo brasileiro.

Drª Miriam, tenho muita alegria de dizer que a parte, digamos, mais forte, mais firme, do Estatuto do Idoso e também do Estatuto da Igualdade Racial foi escrita em parceria com aqueles profissionais do Ministério Público que sempre estiveram de nosso lado para que pudéssemos elaborar uma lei correta e justa. Por isso, o Ministério Público brasileiro merece as nossas homenagens. (...)

Representante do Ministério Público Federal, Drª Carmem Hessel

(...) Em nome do Ministério Público Federal, gostaria de assinalar que as questões envolvendo a família Silva vêm sendo acompanhadas atentamente pelo Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Fonteles, também pela Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público, Drª Deborah Duprat.

No Rio Grande do Sul, estamos em conjunto (...) com o Ministério Público Estadual (...) diuturnamente envolvidos na análise das questões jurídicas que envolvem a família Silva, buscando, de fato, uma solução perene, que possibilite o resgate da terra, da dignidade dessa comunidade remanescente de quilombo.

Na realidade, vemos que o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias outorga a propriedade da terra às comunidades remanescentes de quilombos. É importante que se diga que essa propriedade não é a propriedade da terra, como se vê em outras situações, da terra como um valor econômico. Para as comunidades remanescentes de quilombo, a terra, na realidade, é o seu território, é o seu suporte de vida, é o local onde são exercidas as suas manifestações culturais, onde são exercidas suas tradições, suas manifestações religiosas, enfim, todo aquele suporte imanente necessário à sua perpetuação, como comunidade, com as suas tradições específicas.

Por isso, o art. 68 é sempre interpretado em conjunto com os dispositivos constitucionais que tratam do patrimônio cultural brasileiro. Por isso, então, o Ministério Público Federal tem se empenhado, juntamente com o Ministério Público Estadual e demais órgãos envolvidos nessa questão, na realização e concretização desse direito constitucional das comunidades. (...).

Gostaria de parabenizar quem convocou esta audiência, porque é necessário que a sociedade brasileira se conscientize da importância, da relevância e da urgência de medidas necessárias à efetivação desses direitos constitucionais.

Paim: "O movimento da família Silva terá repercussão em todo o País."

Representante da Procuradoria-Geral do Estado, Dr. Carlos Lyra

(...) Venho aqui apenas dizer que a Procuradoria-Geral do Estado, por meio da sua Comissão de Direitos Humanos, naquilo que estiver no âmbito da sua competência, está solidária a essa questão, estará presente em todas as articulações institucionais que se fizerem necessárias. Essa questão é histórica, emblemática, porque, na verdade, estabelece uma contradição e propõe uma reflexão importante. Evidentemente, nessa disputa, existe um interesse econômico por parte daqueles que desejam se apropriar dessas terras.

Por isto, trago o assunto à reflexão de todos: questões como essa têm de se fazer sempre presentes. Se há valor econômico a ser considerado neste País, não esqueçamos que faz 500 anos

que o povo negro efetivamente dá conteúdo a qualquer valor econômico deste País. É isso que deve ser considerado. Essas terras equivalem à identidade cultural e à possibilidade de afirmação do povo negro. Mais do que isso, é fundamental resgatar o significado efetivo do valor econômico e o significado de propriedade estabelecido pela Constituição. Nesse sentido, manifesto o comprometimento da Comissão de Direitos Humanos da PGA, em relação às demais instituições, naquilo que for necessário, naquilo que for possível, fazendo as articulações e o trabalho suficiente para tanto.

(...)

Representante da Procuradoria-Geral de Justiça, Dr. Mauro Souza

(...) Venho a esta solenidade para trazer a solidariedade do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público Estadual, Dr. Roberto Bandeira Pereira, que, durante os seus mandatos à frente da Procuradoria-Geral de Justiça, tem desfraldado a bandeira – não faço aqui qualquer trocadilho – dos direitos humanos e da luta pelos direitos humanos e pelos mais necessitados no nosso Estado.

Essa bandeira institucional do Ministério Público tem feito com que a instituição aparelhe e mantenha azeitadas aquelas engrenagens do nosso órgão que buscam justamente fazer frente a demandas como essas propostas aqui. Pode-se perceber com isso que, onde houver qualquer possibilidade de ameaça a direitos humanos, lá estará o representante do Ministério Público, buscando e fazendo todos os esforços jurídicos e extrajurídicos possíveis para reverter esse estado de coisas.

(...) Confesso que tenho certa dificuldade de falar em igualdade racial. Porque para falar em igualdade racial, deveríamos pressupor certa desigualdade, e quero crer que não haja qualquer desigualdade entre seres humanos, notadamente para nós que lidamos com direitos humanos. Há, sim, determinadas peculiaridades que nos fazem diferentes de qualquer outro ser humano e peculiaridades outras que nos aproximam

de determinados grupos. Por isso, o Ministério Público deste Estado, assim como vem sendo feito pelo Ministério Público Federal, estará sempre na busca desses direitos maiores estabelecidos na nossa Carta Constitucional de 1988, ou seja, a busca de direitos humanos.

(...)

Representante da Secretaria da Reforma Agrária do Estado do Rio Grande do Sul, Valtemir dos Santos

(...) No Gabinete da Reforma Agrária, responsável por várias funções voltadas à colonização e a atos de reforma agrária, temos uma atribuição específica que seria a devolução das áreas indígenas que existem (...). Essas ações são voltadas especificamente para o Gabinete da Reforma Agrária. Temos avaliado, indenizado e desalojado os colonos, devolvendo essas terras às comunidades indígenas. (...)

No tocante especialmente ao caso dos Quilombos, havia uma legislação anterior, em 2002 (...) que atribuía ao Gabinete da Reforma Agrária essas ações. Em 2003, houve revogação desse decreto, repassando ao Incra – e, por sua vez, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – essas atribuições.

Mas esses fatos não fogem às nossas responsabilidades de Estado. Colocamo-nos sempre à disposição no sentido de contribuir até porque temos um corpo técnico e trabalhamos em sintonia com o Incra nas questões de reforma agrária, na compra de terras, na desapropriação ou mesmo na parte de indenizações.

(...) No tocante ao assunto referente a Quilombos de outras áreas – Palmares e Mostarda –, tendentes a vir para nós, com certeza, colocaremos à disposição toda a nossa equipe técnica para, o quanto antes, conseguirmos equacionar esse problema.

(...)

Representante da Fundação Palmares, Maria Bernadete

(...) Srs. Senadores, Srs. Deputados, é nossa obrigação, se não pudermos diminuir esse tempo para que o título chegue, garantir

que não haja mais sequer a ameaça de despejo nesse tempo.

Agradeço a todos e registro que o Ministério Público Estadual e o Federal têm tido conosco um comportamento muito melhor do que aquele que a lei lhes obriga ter, um comportamento de irmãos, de protetores.

Ressalto aos meus companheiros do Movimento Negro que a luta aqui dos Silva é só o começo. Lá no Morro Alto, já houve cinco mandados de segurança para derrubar a certidão de reconhecimento, não é nem o título, mas a certidão de reconhecimento.

Uma imobiliária chamada Mostarda diz que é dona de um pedaço e não podemos nem vamos abrir mão disso. Vamos garantir os direitos de esses quilombolas permanecerem na terra. Tenho dito que a Fundação Cultural Palmares tem a missão – tenho convicção disso – de defender os nossos direitos, de fazer valer os nossos direitos e a luta dos nossos antepassados.

(...)

Representante da Câmara Municipal de Porto Alegre, Vereador Raul Carrion

(...) Para nós, é inadmissível que a família Silva, dona da terra, sofra qualquer despejo ou ameaça de despejo. Se isso viesse a ocorrer – e não ocorrerá –, a nossa Constituição estaria sendo rasgada, os direitos legais por leis estaduais estariam sendo ignorados, seria um retrocesso inadmissível. Portanto, creio que se formou um grande movimento. Creio, Deputado Marcon, Deputado Edson, que a vitória está assegurada, é uma questão de tempo. Mas a mobilização não pode cessar e a base dessa mobilização tem sido o povo negro, a comunidade negra, as entidades da comunidade negra.

Queria, para concluir, dizer que na Câmara Municipal de Porto Alegre temos uma moção que já conta com 27 assinaturas de 11 partidos. Só não foi votada ontem porque a sessão não ingressou na ordem do dia. Temos hoje uma nova sessão. Esperamos poder votar essa moção. Aliás, na tribuna popular, que ocorreu nessa segunda–feira, todas as bancadas manifestaram esse apoio, e na próxima terça-feira, dia 21, às 14 horas, estaremos reali-

zando uma audiência na Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação, a qual eu presido, que trata de todos os problemas de despejo, tentativa de despejo nessa cidade. (...)

Tenho certeza de que esse direito da família Silva será assegurado pela luta do povo, porque só a lei não tem bastado neste País quando se trata dos direitos do povo negro. (...)

Passo à Comissão, oficialmente, esse trabalho sobre os Lanceiros Negros na Revolução Farroupilha, que foi outra luta do negro, massacrado depois de dar a sua vida para que os ideais da República e os ideais da liberdade neste Estado vicejassem. (...)

Senador Paulo Paim (PT – RS)

Companheiro Carrion, já que você tocou na questão dos lanceiros negros, gostaria de informar ao Plenário que já aprovamos no Congresso Nacional, no Senado da República, que no dia 14 de novembro entreguemos aos lutadores pela causa da comunidade negra, enfim, de todos os que são discriminados, o Troféu Lanceiros Negros, espelhado, claro, na história dos valorosos guerreiros do Rio Grande do Sul que tombaram mesmo quando foi feito o tal de acordo na Revolução de Farrapos, mas que não foi assegurada a liberdade para os negros.

(...) E eu, de antemão, falei com o Senador Mão Santa. Nós vamos indicar a família Silva para receber o Troféu Lanceiros Negros, no Senado da República. Será indicação desses senadores, mas fruto desta audiência pública. (...)

Superintendente do INSS, Dr. Delmar Joel

(...) O INSS dispõe, no País, em torno de 3.500 áreas de terra chamadas de não utilização, não operacionais, e muitas dessas terras, inclusive aqui na Capital, são ocupadas por pessoas, por moradores sem teto.

E essas terras, senador, devem também ser regularizadas para essas pessoas que as ocupam. Nós temos, aqui na Capital, quatro áreas de terra. Há uma área de 136 mil metros quadrados, na Vila Camacuã. Houve decisão da Justiça de reintegração de posse ao

INSS, o que ocorreu anteriormente à nossa entrada na Superintendência Estadual do INSS.

Todas essas questões envolvendo os direitos da propriedade de terra, senador, devem ser analisadas, avaliadas, por toda a sociedade, na busca de resguardar os direitos das pessoas que ocupam essas áreas, para que não tenhamos problemas como esse por que a família Silva está passando agora, de estar diante da posssibilidade de uma situação de despejo.

(...) Trazemos aqui às autoridades para buscar, juntamente com os poderes públicos municipais, estaduais e também federal, por meio até do Ministério das Cidades, que dispõe de recursos, que haja a regularização da terra.

Então, o nosso apoio, o nosso abraço à família Silva. Estamos, na Superintendência do INSS, buscando também a regularização das áreas que foram invadidas no passado, pertencentes ao INSS, que têm uma situação especial. A Constituição as diferencia das demais áreas de propriedade da União, para que elas possam ser regularizadas com os recursos disponíveis no Orçamento da União e repassada a propriedade às pessoas que ocupam essas áreas.

(...)

Representante da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR), Ivan Conceição

(...) Não podemos jamais pensar que iríamos perder isso, até porque essa família é parente do Presidente. Os Silva são parente do Presidente. E não só pelo sobrenome, a história de vida da família Silva se confunde com a história de vida do Presidente. Se Sua Excelência não foi expulso porque estavam brigando pela terra, foi expulso de seu habitat natural pela miséria, não é verdade? E foi buscar em São Paulo e na organização social uma condição de vida que pudesse expressar o sentimento do povo brasileiro. Então, a família Silva é a que mais representa o símbolo do Governo que hoje está instaurado.

Quero citar também, para que não reste dúvida do compromisso do Presidente e deste Governo com essa causa, algumas ações, de imediato, de quando o Presidente assumiu seu posto em direção à promoção da igualdade racial. Em nove dias de

posse, o Presidente sancionou a Lei nº 10.639. (...) que obriga nos currículos de ensino médio e fundamental, a história e cultura afro-brasileira. Isso já foi um ganho. (...)

Na continuação disso, em março, a criação da Secretaria, de que temos muita honra de fazer parte, por meio da indicação de uma companheira do Movimento Negro, a Ministra Matilde Ribeiro. O Presidente lhe confere o *status* de Ministra em 21 de março, a fim de que, ao sabor do estado, que não reconhecia nossos direitos, alguém possa articular as políticas por dentro do Governo. (...) essa Secretaria, que tem sido muito antipática do ponto de vista da sociedade, de estar efetivamente cobrando os direitos do povo negro, fazendo e articulando uma resistência tremenda. (...)

E há a mobilização inclusive dos órgãos federais (...). Ganhou o Brasil. Essa família é símbolo do Brasil. Com muita propriedade, o Senador Paulo Paim colocou aqui que vai agraciar com o troféu Lanceiros Negros.

A vitória do povo negro está se iniciando e ela só vai ser concluída na medida em que efetivamente conseguirmos diminuir o trâmite burocrático, os prazos para que a titulação efetivamente aconteça. Não podemos ficar à mercê, conforme foi dito, e fico muito tranqüilo, concluindo, de ser um militante no Governo, estou no Governo porque sou um militante para que consigamos vencer essa burocracia e não para nos adequarmos a ela.

De modo que a família Silva está dando um exemplo de cidadania para o povo brasileiro e quiçá para o mundo. (...)

Deputado Estadual Edson Portilho (PT – RS)

Gostaríamos de registrar as presenças das APNs, Agentes Pastorais Negras do Rio Grande do Sul, a CANE, o Instituto de Pesquisa e Assessoria dos Direitos Humanos; o MNU – Movimento Negro Unificado; a CONEN – Coordenação Nacional de Entidades Negras; Maria Mulher; a Organização de Mulheres Negras; a Articulação Nacional de Organizações de Mulheres Negras do Rio Grande do Sul; a Associação de Mulheres Solidárias da Vila Cruzeiro; a Angola Janga; a Unegro; a ONG Palmares; o

Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a CNPIR; a Comissão de Combate à Discriminação Racial da CUT; a Central Única dos Trabalhadores; o Conselho Municipal de Direitos Humanos de Porto Alegre; a UGN Sindicato, que representa os policiais civis; o Sindisprev; a Federação dos Trabalhadores dos Correios; a Africanamente Ilê-Axé e Iemanjá; Cedrab; o Conselho Estadual de Segurança Alimentar; a Organização Beneficente de Recuperação de Aditos; o Centro Cultural Cândido Velho –, CEPER Sindicato; RS Rural, Antonio Martins; Comunidade Quilombola de Morro Alto; Comunidade Quilombola dos Alpes, aqui de Porto Alegre; Comunidade Quilombola Arraial do Guaranha, também de Porto Alegre; Sindicato dos Servidores da Justiça; Secretaria Regional do Movimento Negro do PDT. E gostaria de, com muito carinho, saudar aqui o nome de quatro pessoas que representam toda essa unidade, essa força espiritual que está nos conduzindo: a Mãe Rose de Alvorada, a Vera Soares, o Babadiba, e a Mãe Norinha. Elas têm sido incansáveis e que os orixás nos protejam e irradiem muita luz.

Muito obrigado pelas presenças e pelos apoios.

(...)

Representante do Incra, Peráclito de Deus

(...) Vou fazer aqui um rápido relato das ações que o Incra tem tomado no sentido de fazer com que a Constituição Federal, no seu art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, seja cumprida.

Penso que esses processos – mais ou menos cinco ou seis processos – que redundaram na ameaça iminente de despejo da família Silva têm, além das diversas irregularidades que já foram constatadas pelo Ministério Público Estadual e pelo Ministério Público Federal, uma conotação também de que a questão estava sendo encaminhada como se os componentes da família Silva fossem pessoas físicas simplesmente, sem a conotação de quilombolas. Nesse sentido, estava se aplicando o direito de propriedade simplesmente, sem considerar a proteção especial que as comunidades quilombolas gozam no momento.

No dia 13 de maio, ingressou o Incra, perante a 13ª Vara Cível do Estado, com um pedido de deslocamento de competência, na medida em que a família Silva já havia sido reconhecida pela Fundação Palmares como uma comunidade remanescente de quilombos e o Incra estava iniciando o trabalho que vai culminar com a titulação definitiva dessa família. O Juiz da 13ª Vara não atendeu ao pedido do Incra e abriu vista à parte autora. Fomos obrigados, em função da ameaça de despejo, de impetrar um mandado de segurança contra esse ato lesivo, pois é um direito líquido e certo que estava sendo perpetrado. Esse mandado de segurança foi indeferido. Nós o embargamos, embargo de declaração, e ainda não houve julgamento no tribunal. Paralelamente a isso, na última sexta-feira, ingressamos com uma ação, desta feita perante a Justiça Federal, requerendo, junto à Vara Ambiental, Agrária e Residual, a manutenção de posse da família Silva. Penso que esse é um ponto principal da ação, porque, paralelo a isso, com a manutenção da família onde se encontra por mais de 60 anos, o Incra, o município e o Estado do Rio Grande do Sul terão condições de levar adiante esse processo de titulação definitiva dos direitos da família Silva.

Chamo a atenção também – neste sentido, é muito importante a presença aqui dos nossos representantes do Congresso Nacional, Senador Mão Santa e Senador Paulo Paim – para a importância que assume, neste momento em que o Governo Federal começa ações no sentido de regularizar as comunidades quilombolas por todo este País, a aprovação do nosso Estatuto da Igualdade Racial, Senador Paulo Paim. Vejam só os senhores: diante dessa situação que enfrentamos com relação à família Silva, o art. 34 do Estatuto da Igualdade Racial, no seu inciso III, diz simplesmente o seguinte:

Concluído o relatório técnico e sendo o parecer favorável, deverá ser publicado no *Diário Oficial da União* o decreto de reconhecimento das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, que produzirá os seguintes efeitos legais:

(...)

Inciso III – Veda qualquer tipo de remoção dos remanescentes das comunidades dos quilombos, salvo catástrofe, epidemia

ou relevante interesse nacional devidamente comprovado, desde que ouvidas as comunidades atingidas e autorizado pelo Congresso Nacional.

Então, apenas esse detalhe do Estatuto da Igualdade Racial que nos fala também da possibilidade de desapropriação para fins étnicos, especializando uma legislação com essa finalidade. Nesse sentido é que pedimos que os Congressistas aqui presentes e toda a comunidade deste País façam um esforço para que esse prazo, que já se prolonga por seis anos de tramitação, seja reduzido e que seja realmente aprovado esse Estatuto para a garantia desses direitos históricos.

(...)

Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Mozart Dietrich

(...) Quero, especialmente, saudar a família Silva. Quero fazê-lo pelo seguinte: ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e ao Incra cabe, em função do Decreto nº 4.887, da Instrução Normativa nº 16, a incumbência de regularizar e titular as terras de quilombos em todo o Brasil.

Em função disso, temos recebido, nas últimas semanas, uma pressão enorme de vários Ministérios, inclusive da Casa Civil. Foi transmitido, diretamente para o Ministro Miguel Rosseto, que deveríamos dar atenção especial, devendo cobrar do Ministério porque essa questão estava tendo essa repercussão, esse problema. Com isso, significa que a luta de vocês, que já foi muito bem explicitada aqui, já tem repercussão nacional. (...)

Quero, nesse curto espaço de tempo, trazer duas boas notícias. (...) A primeira notícia é que o Governo Lula, desde a edição do Decreto nº 4.887, está iniciando – e em algumas fases está bastante adiantada no Brasil inteiro – esse procedimento de regularização e titulação das áreas de quilombo em todo o Brasil. Nós, por determinação do Ministro Miguel Rosseto e do Presidente Rolf Hackbart, do Incra, estamos constituindo uma estrutura específica, dento do Incra, que é a Coordenação Geral Nacional de regularização de áreas remanescentes de quilombos em todo o Brasil, que

também terá instâncias específicas nas superintendências regionais do Incra em todo o Brasil, nas 30 superintendências regionais. (...) Estamos, especialmente para constituir essa coordenação geral e as sessões de regularização fundiária em todos os estados, contratando cem técnicos específicos para trabalhar nessa questão.

Iniciamos, no ano passado, com 32 áreas prioritárias no Brasil inteiro, que já foram estendidas para 122 áreas. Agora, já estamos com quase 130 áreas (...). Tínhamos, inicialmente, um número de 750 comunidades remanescentes. Atualmente – e estamos trabalhando com dados oficiais do MDA do Incra – temos mais de 2.200 comunidades. Portanto, o Poder Público tem que dar uma resposta à altura. No momento, entendemos que a criação dessa coordenação, a contratação específica de servidores e a alocação de recursos, é uma resposta no momento. No entanto, já temos a noção de que é insuficiente, dada a grandiosidade, o número de comunidades que, cada vez mais, estão reivindicando.

A segunda boa notícia que quero dar é que desde julho do ano passado a Superintendência Regional do Incra, aqui no Rio Grande do Sul, abriu um procedimento administrativo com vista à regularização fundiária e a titulação do Quilombo Família Silva, aqui de Porto Alegre. Já estamos concluindo, no dia de hoje e de amanhã, toda a primeira fase do procedimento que visa à titulação dessa área. De acordo com o Decreto nº 4.887 esse procedimento tem fases. A próxima fase que estamos concluindo – e faremos a publicação amanhã no *Diário Oficial* da União e no *Diário Oficial* do Estado e na Prefeitura de Porto Alegre, de acordo com o que determinam os arts. 10 e 11 da Instrução Normativa – é o instrumento de reconhecimento do Governo brasileiro, que é dado através do Incra, da comunidade quilombola família Silva, o quilombo família Silva, como uma área de terras de comunidades remanescentes de quilombo. É um ato de extrema importância, grandiosidade e complexidade. Com isso, esperamos que as instâncias judiciais, que também estão tratando no Poder Judiciário dessa questão, atentem para o detalhe de que o Governo Federal, em função de uma legislação que foi

aprovada pela sociedade como um todo, está encaminhando essa determinação. Isso tem que ser considerado nas decisões judiciais.

O Governo, então, está assim abrindo esse caminho, e o objetivo é (...) que já possamos estar em condições de encaminhar os procedimentos finais de desapropriação e de titulação dessa área.

(...)

Senador Paulo Paim (PT – RS)

Se vocês me permitirem, gostaria de dizer que recebi dois telefonemas há alguns minutos.

O primeiro era do Senador Suplicy, que está em Berlim e fez questão de nos ligar porque sabia que estaríamos aqui, para dizer que também está apoiando este movimento. Também me perguntou se eu não estaria hoje na audiência com o Presidente, às 15 horas, para discutir a conjuntura nacional. Mas, quando saí de Brasília, eu disse que não abriria mão de jeito nenhum desta audiência pública que teríamos aqui hoje. E, numa atitude de sensibilidade do nosso Governo, sabendo que estaríamos aqui, também com V. Exª, Senador Mão Santa, transferiram a audiência com o Presidente para a próxima semana, para que possamos todos estar presentes.

O segundo telefonema era do Ministro Miguel Rossetto, que há pouco me ligou, mas caiu a ligação e ele não conseguiu falar um pouco sobre isso a que o Mozart se referiu. Desejo dizer que estou muito feliz com essa decisão anunciada pelo Mozart. Sem sombra de dúvidas, muitos criticam o nosso Governo, mas esses anúncios aqui colocados, com muita precisão, por parte do Mozart sobre o trabalho do Ministério da Reforma Agrária e do Ministro Miguel Rossetto merecem as nossas palmas.

Representante do Quilombo Silva, Lígia Maria da Silva

Meu nome é Lígia Maria da Silva, sou a moradora mais velha do Quilombo Silva. Desejo agradecer a todos aqui que nos estão ajudando, incansavelmente, porque somos os donos daquela terra, somos os verdadeiros donos daquela terra! Quando meus

avós chegaram lá, aquilo era tudo mato. Não havia casa, a única casinha que havia era a do meu avô. Aquilo tudo era mato enrolado ali. Meu avô criava, meu avô plantava. E, depois que foram fazendo as casas dos moradores ricos, aí nos foram incomodando. Mas antigamente, quando meu avô chegou ali, ninguém nos incomodava. Naquela terra, era tudo mato, era tudo campo. E somos os verdadeiros donos da terra!

A única coisa que desejamos é titulação, porque, com o título na mão, aí vamos ser reconhecidos. A Drª Bernadete já nos reconheceu como remanescentes de quilombo, e a gente quer continuar naquela terra. Nós somos os verdadeiros donos daquela terra. Moramos eu e os meus irmãos ali. E meus irmãos estão todos aqui, minhas filhas estão aqui, meus netos estão aqui. Aquela terra é nossa, por direito, por lei. Os meus avós sacrificaram tanto lá em cima daquela terra, sofreram tanto lá em cima... E, onde meus pais estão hoje, onde os meus avós estão hoje, eles estão vendo que a luta deles não foi em vão. E lá nós vamos continuar, com a graça de Deus e de todos vocês.

Obrigada por tudo.

Representante da Coordenação Nacional do Movimento Negro, Emir da Silva

(...) Nós do MNU queremos colocar que o fato que está acontecendo na família Silva reflete o resultado de todo o processo de escravidão, de espoliação desumana do nosso povo negro e do racismo, que está confundido com a História do Brasil.

O Brasil foi o último País a abolir a escravidão. E hoje nós sabemos que a desigualdade racial está totalmente relacionada com o escravismo neste País. O povo negro que está fora das escolas, do acesso ao saneamento básico, da habitação, dos direitos básicos tem uma relação direta com o compromisso do Estado brasileiro em resgatar, em reparar todo esse processo desumano ocorrido aqui no Brasil. (...)

E, com isso, nós do MNU queremos dizer que, neste momento, o Estado brasileiro, as instituições que o representam e a sociedade do nosso País têm o dever imediato de tomar uma posição, porque,

de uma das instituições que representa o Estado, que é o Judiciário, nós temos, por uma parte, um avanço significativo no que tange à postura do Ministério Público Estadual, do Ministério Público Federal; mas, do ponto de vista da justiça, nós estamos passando por um processo extremamente de pressão e de opressão.

(...) gostaria de colocar que, neste momento, (...) o Senado tem a incumbência de passar ao nosso Governo que o Governo Federal deve tratar dessa questão como uma questão política. E é assim que deve ser feito, porque o Governo brasileiro já se pronunciou em relação à responsabilidade do Estado em função do escravismo. Só que, neste momento, nós precisamos também que essa questão seja encarada como uma responsabilidade imediata do nosso Governo, em função da titulação. (...)

Este é o momento crucial para que o Governo brasileiro tenha uma posição firme em relação à titulação imediata, e que, a partir do que o companheiro Mozart informa, dessa coordenação geral que vai tratar das comunidades remanescentes do quilombo, que também o Governo apresente uma meta com o objetivo de demonstrar para o povo brasileiro que, até o final deste Governo, nós teremos um bom número de quilombos titulados no nosso País.

(...)

José Antônio Negro

(...) Nós tivemos uma preocupação com a questão da intolerância religiosa, que nos unificou no processo do Movimento Negro, em razão do caso da companheira Gisele, da casa da Mãe Graça de Oxu, da cidade de Rio Grande. Temos hoje a família Silva aqui e todo o Movimento Negro. Não gostaria de citar o nome de entidades "a" ou "b", porque acho que todas as entidades do Movimento Negro gaúcho estão fazendo a vitória e a diferença nesse processo. Então, gostaria de falar para vocês da importância da vitória da família Silva e da vitória da companheira Gisele lá no Município de Rio Grande, que representou a luta dos religiosos e que agora é a luta dos quilombolas.

E que nós também passemos a nos preocupar com a questão política do Movimento Negro, quando discutimos hoje a Segun-

da Conferência Nacional das Cidades, e também com a questão dos Planos Diretores do Estado do Rio Grande do Sul e a nível nacional. Nós do Movimento Negro também temos que nos incorporar nessa luta política, porque, quando começarmos a discutir reforma urbana e o parcelamento do solo, vamos começar a reivindicar aquilo que nos é de direito.

(...)

Eriberto Bacchi

(...) Eu estive, durante muitos anos e não está muito longe isso, à frente de muita ação de despejo neste Rio Grande, como advogado da Fracap. E preocupou-me muito o que ouvi aqui hoje. Ouvi uma pessoa dizer: "Se não fosse o Deputado Fulano de Tal, a ação de despejo tinha saído. Se não fosse o outro Deputado, não tinha saído. Se não fosse o Vereador Tal, teria saído o despejo". Penso que esse despejo não saiu até agora por uma ação conjunta.

Eu acrescentaria aqui uma coisa que não foi citada por ninguém, nem chamada como autoridade da Mesa. Eu queria fazer uma homenagem aqui à companheira Janja, quilombola da estrada dos Alpes.

Quando foram derrubar lá aquele monumento do quilombo, vieram com motosserra, com toda brutalidade, o povo enfrentou no pau. E eles correram na briga. Então, lá no dia do despejo eu não estava lá, mas vi as fotos, vi os pneus queimando e a companheira Janja, verdadeira lanceira negra, comandando a solidariedade do Quilombo dos Alpes à família Silva.

Então, eu quero dizer que, em primeiro lugar, só existe solução se o próprio povo tomar, em suas mãos, o seu próprio destino.

(...) Tem solução jurídica para tudo, quando o povo está há muito tempo em luta; se tiverem promotores decentes, juízes decentes, políticos decentes, e não apenas uns sobreviventes, como eu vejo aqui na mesa, sobreviventes de instituições falidas. Ou o povo acredita em si mesmo ou não teremos solução neste País. (...)

Representante da Comissão Provisória da Associação Estadual dos Quilombolas, Mana

(...) Para nós, da comissão estadual, dessa comissão provisória estadual dos quilombos do Estado do Rio Grande do Sul, é inaceitável (...) que ainda continuemos sendo julgados e injustiçados pela mesma sociedade burguesa que nos escravizou, porque nada mudou nesses 117 anos, continuamos buscando a nossa cidadania, continuamos lutando pelo nosso direito e de sair da senzala, porque essas favelas onde estamos morando é a senzala. (...) Isso (...) que ia acontecer com a família Silva – que, graças a Deus, não vai acontecer – aconteceu muitas e muitas vezes em muitas e muitas partes deste País (...). Quantos de nós, quilombolas, negros, não estamos sendo despejados agora, neste momento, em cada ponto? E a nossa religião, a nossa cultura, ficam onde? (...)

Então, essa resistência, sim, que teve na família Silva, mostrou quem a gente é na verdade, que nós somos um povo forte, que nós somos um povo guerreiro, e estamos aí, sim, para dar uma resposta para essa sociedade burguesa, sim, que acabou.

(...) o que nós precisamos agora, nós precisamos de titulação já. Percebemos que todo o País, não só no Rio Grande do Sul, mas os nossos irmãos (...) das outras partes do País, têm esses títulos na mão. Porque para nós que sentido vai ter essa luta, gente? (...) Muitos de nós estamos fora do quilombo, não porque nós queremos, porque não tivemos oportunidade pra sobreviver lá. E aí, como é que fica o Estado que nos escravizou? (...) queremos título sim, queremos título já, queremos dignidade, queremos humanidade nos nossos processos e mais atenção (...) ao povo negro, porque isso está faltando. (...)

Representante do Quilombo do Morro Alto, Vilson

(...) A comunidade de Morro Alto é pelo direito constitucional. Nós queremos o cumprimento do art. 68. Sabemos que os fazendeiros são fortes e quem os representa, assim como os posseiros daquela região é um advogado que é ligado à Farsul, que tem força no Congresso Nacional porque era aliada da UDR.

Então, é momento de o Governo Federal, de o Presidente Lula, de os Ministérios que são responsáveis por essa questão,

pelo cumprimento do art. 68, não se dobrarem, não deixarem dobrar a espinha.

Passo a palavra, de imediato, ao nosso Presidente de Honra, Manoel Chico, um lutador que enfrentou a mesma questão que a família Silva enfrenta aqui em Porto Alegre. (...)

Para participantes, família Silva é exemplo de luta

Manoel Chico

Agradeço o Senador Paim, os deputados que não conheço porque sou analfabeto e não sei falar.

Agradeço à Drª Bernadete. Esperamos que seja tudo como queremos, que o nosso território é nosso. (...) o Denit está lá com todas as estradas, fazendo o que querem e o negro nunca foi reconhecido dentro do nosso Estado do Rio Grande do Sul ou em qualquer lugar. Agradeço a vocês e que seja da vontade de vocês porque queremos o que é nosso lá.

Representante do Sindicato dos Servidores da Justiça do Rio Grande do Sul (SINDJUS), Jorge Dantas

(...) O pessoal do Silva quer nada mais do que a titulação já. Acompanhamos todo o sofrimento da família Silva que é o de milhares de negros deste País, da juventude negra que luta por emprego e dos trabalhadores. Hoje, por incrível que pareça, temos a sensação e a percepção e estamos chegando à convicção de que todo o sofrimento deste País, de toda essa população dos Quilombolas, da juventude negra e dos trabalhadores, anda a passos de tartaruga, porque temos um operário governando para a burguesia, porque a reforma que esse operário, na tutela do Estado, governando para a burguesia, prepara neste País não aponta para solução nenhuma, haja vista a reforma da Previdência. Saúde para o povo, como vai ficar a saúde dos Quilombolas e dos trabalhadores? (...)

O quilombo Silva que está aqui, se não me engano, está na quarta geração. Ele espera o quê? Titulação já. O Movimento Negro, estaremos juntos, com o Sindijus, em novembro na Marcha Zumbi dos Palmares: "reparação já para o povo negro". E não à reforma. Que o Lula mude a sua política e pare de governar para a burguesia e passe a governar para os trabalhadores.

Secretária Regional do PDT, Eni Canarim

(...) A minha participação aqui, Senador Paulo Paim, é para fazer uma pergunta que me aflige, como representante da Secretaria do Movimento Negro do PDT, sobre a ausência de um negro Alceu Colares, o primeiro negro Prefeito de Porto Alegre, Governador do Estado do Rio Grande do Sul, da sua ausência na participação dessa luta, dessa caminhada do Movimento Negro junto à família Silva. Gostaria que V. Exª explicasse o porquê da sua ausência nessa nossa caminhada, num Estado que, culturalmente, tem uma identificação de racista, preconceituoso e conservador, o Rio Grande do Sul. Por que da sua ausência nessa nossa luta de resistência na nossa caminhada?

(...)

Senador Paulo Paim (PT – RS)

Antes de passar a palavra para o Vereador Comasseto, digo rapidamente que o Deputado Alceu Colares conversou conosco em Brasília, tivemos duas reuniões, e justificou a sua ausência aqui. Esta é uma audiência pública promovida pelo Senado da República. Eu e o Senador Mão Santa saímos ontem de Brasília, e ele tinha votação ontem na Câmara e uma reunião da bancada gaúcha. Mas posso assegurar-lhes que o Deputado Alceu Colares esteve sempre conosco, faz parte da frente parlamentar que envolve os Parlamentares negros e tem tido uma atuação em defesa da comunidade negra sempre na linha de frente. Faço este depoimento, não tenho procuração alguma para defendê-lo. Ainda hoje, eu estava no Quilombo Silva, e ele me ligou lá e fez questão de dizer: "Paim, justifique para mim que eu não estarei aí porque estou aqui no processo de votação". Então eu queria dizer para vocês que o Deputado Collares está junto conosco em defesa da família Silva.

Vereador Comasseto

(...) Rapidamente, queria dizer que, esse exemplo de união de esforços entre as instituições e o movimento popular organizado, a resistência faz com que as instituições andem mais rápido e se conquistem os direitos que já são assegurados. Porém, precisamos ainda qualificar muito mais. É nesse sentido que venho rapidamente fazer uma proposição bem objetiva. No caso específico aqui, Senador Paulo Paim, como o colega Vereador Carrião já disse, nós imediatamente construímos alguns instrumentos de base legal no município. Nós realizamos dois projetos de lei que protocolamos para emendar o plano diretor e demarcar essas áreas como áreas especiais de interesse cultural dos quilombos. Com isso, tira-se o valor imobiliário e se acrescenta o real valor que se tem que é o valor cultural histórico. Quero lhe passar esses documentos.

Sugiro duas questões: o Ministério das Cidades está conduzindo, até o ano que vem, a elaboração de todos os planos di-

retores das cidades. Hoje há 2.280 comunidades localizadas. A proposição é que os Srs. Senadores venham a determinar que o Ministério das Cidades exija que todos os planos diretores trabalhem o tema da identificação cultural e territorial dos quilombos nos municípios porque isso, com certeza, vai dobrar o número de identificação de comunidades existentes. Queria que o senhor falasse com o nosso companheiro Olívio Dutra e, se for necessário, determinasse, via legislação federal, que isso seja cumprido até outubro do próximo ano, quando terão que ser feitos todos os planos diretores das cidades brasileiras com mais de 20 mil habitantes, com recursos do Ministério das Cidades.

A segunda questão: particularmente, nós aqui em Porto Alegre vamos avançar agora na revisão do plano diretor. Esse não é o único conflito. Há o conflito que todos sabem a respeito da ocupação dos espaços das cidades com as casas de religiões e locais para serem oferecidos. Esse é um conflito grande que não está resolvido. Portanto, eu, o Vereador Carrião e os demais que estão aqui convidamos para continuar este debate na cidade porque vai ser importante. É isso. Muito obrigado.

Senador Paulo Paim (PT – RS)

Com certeza, levaremos essa recomendação para o nosso companheiro Ministro das Cidades, Olívio Dutra. Queria dizer, Vereador, que concordo com V. Exª. Hoje temos em torno de 2.500 quilombos, pelos dados oficiais, mas, se encaminharmos pela via que os dois Vereadores colocam, as informações que tenho do movimento negro é que podemos chegar a 5 mil quilombos. Então procede essa questão de analisar município por município a realidade dos nossos quilombolas.(...)

Representante da DRT, Adriana Perdomo

(...) Quero fazer aqui, digamos, um cumprimento especial e um reconhecimento que já foi citado, como também acho neces-

sário citar tudo o que é bom e tudo o que nos desafia; um reconhecimento às mulheres da Comunidade do Quilombo Silva; um reconhecimento da garra, da força e da determinação que essas mulheres, a Rita, a Lígia, que estiveram à frente com a companheira Janja, que já foi citada, à frente desta batalha, e que, com outras mulheres e homens, representantes do Movimento Negro, representantes das religiões de matriz africana. Quero saudar aqui a mãe Norinha. Axé, mãe Norinha; axé, Babá Diba, Vera, dizer que o Babá Diba na primeira ação que teve, quando estávamos na Comunidade Silva tocou os tambores, e os tambores ecoaram; eles ecoaram e tivemos resposta inclusive de Berlim, não é Paim?

E o Mozart nos traz hoje aqui, que há muito tempo vem atuando com a questão das comunidades tradicionais, essas notícias. E quero dizer que não devemos parar de tocar os tambores nessa luta, o TRT e o Conselho Gestor de Alta Sustentabilidade das Comunidades Quilombolas está nessa luta com vocês. (...)

Também quero parabenizar o EMNU, ao Unegro e a Conen, que são entidades nacionais do movimento negro, que também estiveram à frente desta batalha. E juntos nós, todas e todos juntos, com as nossas representações do Governo Federal, do Governo Estadual, do Governo Municipal, está aí a companheira Terezinha, também esteve à frente desta batalha, conseguiremos trancar muito mais, muito mais ações de despejo e que venham a desconstituir a nossa luta do Movimento Negro das religiões com matiz africana.

Presidente da Congregação em defesa das religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul (CDRAB), Mãe Norinha de Oxalá

(...) A nossa luta dos religiosos foi imensa. Lutamos muito na Assembléia Legislativa, pedindo auxílio ao Governo do Estado, indo ao TJ duas vezes. Fomos sacrificados, crucificados; disseram-nos horrores, mas o Rio Grande do Sul, o gaúcho, Senador Mão Santa, temos essa força de luta, de resistência, os religiosos resistiram, batalharam e vencemos aqui, no município, três etapas dificílimas.

Então, quero dizer assim, a religiosidade, os Orixás, todos os Babalorixás do Rio Grande do Sul estamos com a família Silva, sim, estamos lutando. Nossos tambores estão tocando dia e noite. Estamos fazendo trabalhos, rezas, promessas, tudo, em favor da família Silva, porque jamais a família Silva pode perder. (...) isso aí serve (...) de alerta a todos os quilombolas. É lutar para o encaminhamento já. Terem a documentação já. Todos os quilombolas têm que se unir. Atrás da família Silva todos têm que lutar, batalhar e ir atrás dos nossos representantes legais, das nossas autoridades, porque estão aqui todos juntos.

(...) Toda essa resistência a que nós todos assistimos, que vocês e nós todos conseguimos, é uma vitória nossa, do Rio Grande do Sul. Agora contamos com a ajuda do Senado, do Senador Paulo Paim, do Senador Mão Santa e de outros Senadores que foram citados aqui.

(...)

Representante do Conen, Oscarlina

(...) A causa da família Silva é emblemática no momento em que unificou o movimento negro nacional, já que a resistência ancestral perpassa as cores partidárias e os nomes e siglas e nos remete à nossa ancestralidade, já que naquela terra existe um iroco, que é uma árvore sagrada para os praticantes dos cultos afro-brasileiros. E fora o iroco que existe ali, existe toda uma vibração de paz e de tranqüilidade.

Ainda bem que escolheram aquele local para fazer o efeito dominó em cima dos quilombos, porque no momento em que escolheram o solo sagrado, fica bem mais difícil eles derrubarem. Então, eu acho que nós devemos agradecer aos orixás, até porque quando eles fizeram uma coisa ruim, escolheram um lugar que era bom e nós tínhamos toda uma correspondência com o astral naquele momento.

(...)

Coordenadora Geral do Sindjus, Magali Bittencourt

(...) Em nome do Sindicato dos Servidores da Justiça e da Coordenação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário, atentos

à opressão e aos ataques aos trabalhadores na luta contra o capitalismo, o preconceito e a discriminação, queremos trazer a nossa solidariedade aos quilombolas. Por isso, o Sindjus do Rio Grande do Sul destacou o companheiro Jorge Dantas, que há uma semana está fazendo parte do comitê da resistência dentro do quilombo.

A luta pela promoção da igualdade é muito antiga. Por isso também o Sindijus tem incorporado na sua pauta de reivindicações a questão da raça. Discutimos, há poucos dias, no 2º Congresso dos Servidores da Justiça, a questão de raça, de gênero e de orientação sexual, porque entendemos que essa também é uma bandeira nossa. Nesse sentido, ainda vamos debater no 5º Encontro Nacional dos Trabalhadores do Judiciário, que vai acontecer em São Paulo, que queremos discutir mais perto com a família Silva para poder fazer essa contribuição aos trabalhadores do Judiciário.

Em novembro também o Sindicato participa de uma marcha na caravana à Brasília, na Marcha Zumbi +10.

Gostaríamos de repudiar qualquer forma de oportunismo na defesa de direitos, assim como repudiamos também o encastelamento, em seus gabinetes, dos juízes, que, na maioria das vezes, julgam apenas embasados na lei e se esquecem da justiça.

Eu gostaria de salientar que, se depender desta audiência pública, o título da terra é da família Silva. Mas sabemos muito bem que não é só desta audiência pública que sairemos vitoriosos. (...)

Queremos deixar o nosso abraço, o nosso reconhecimento, o nosso respeito, porque esta luta é nossa também, porque somos todos iguais.

(...)

Reginete

(...) Eu gostaria de enfatizar aqui, neste momento, (...) a necessidade de acelerar, de agilizar os processos de limitação e de titulação das terras de quilombo no Brasil. Acho que o Mozart anunciou algumas medidas importantes para esse processo, mas é importante que sobretudo nós do Movimento Negro, do mo-

vimento social, que estamos empenhados nesta causa, mantenhamos esta mobilização, esta discussão junto com as diferentes instituições públicas, para que se acelere...

Também acho importante pedirmos à Mesa, através das diferentes instituições aqui representadas, que (...) durante o processo de delimitação e titulação da área da família Silva, que se mantenha e se garanta que a família não será removida do local, mesmo que isso implique sair e depois voltar. É importante que estabeleçamos garantias para que a família permaneça no local.

Eu gostaria de dizer, também, para o Movimento Social Negro aqui presente que, hoje, se a família Silva está no local; se a partir da família Silva se tornou um caso emblemático nacionalmente em relação às comunidades remanescentes de quilombo, foi porque o Movimento Social Negro e, fundamentalmente, as duas comunidades quilombolas, os quilombos urbanos aqui de Porto Alegre, no momento exato, se mobilizaram, foram lá e fizeram uma resistência. Porque existem formas e formas de resistência, e nesse processo essas diferentes formas se manifestaram, que foram os processos de negociação com as autoridades, enfim. Mas acho que o fundamental foi o que garantiu que a família permanecesse lá (...). Foi no momento em que a Polícia chegou e a comunidade se colocou em frente, as comunidades quilombolas se colocaram em frente, com o apoio do Movimento Social Negro e das instituições que estavam lá, e impediram que a ação de despejo fosse executada. (...) E hoje nós temos isto: todas as organizações, as instituições mobilizadas, a nível local e nacional, fazendo a defesa da família Silva e de todas as comunidades quilombolas do País.

É fundamental que o Movimento Negro mantenha essa unidade, que comecemos, a partir daqui, a manter uma unidade na luta por todas as comunidades quilombolas negras do Brasil. Não existe maternidade nem paternidade nesse processo. Aqui é a resistência, a nossa centralidade presente que garantiu todo esse processo. (...)

Deputado Estadual Raul Pont (PT – RS)

(...) Quero também, muito rapidamente, reafirmar o nosso compromisso e a nossa solidariedade a essa luta que, aqui em Porto Alegre, já se arrasta há muito tempo, no caso específico do Quilombo Silva.

A nossa prefeitura, no governo do companheiro Verle e até mesmo antes, tinha um relacionamento com a Fundação Palmares para estabelecer todo o processo de legitimação desse histórico domínio que a família e a comunidade têm daquela região. Os Deputados da nossa Bancada estão reafirmando o nosso compromisso de fazer com que essa luta seja vitoriosa. Todos os encaminhamentos feitos no Incra e nos demais órgãos responsáveis dão conta de que o caminho está sendo percorrido. Todos sabemos como é difícil enfrentar decisões judiciais como a que vivemos neste caso. Normalmente a Justiça se cinge à letra dos processos e considera pouco a realidade da vida e as condições que as pessoas e as comunidades passam no dia-a-dia.

Nesse caso, a ação pronta, a solidariedade, o apoio que um grande números de entidades e representantes parlamentares da Câmara, da Assembléia e do Congresso Nacional vêm dando fortalecem isso. E tivemos aliados importantíssimos do Ministério Público, o compromisso de um conjunto de pessoas comprometidas com essa luta. Esta é a maior garantia de termos uma vitória.

(...)

Deputada Estadual Miriam Marrone (PT – RS)

(...) Eu dizia ao Edson, esses dias, que achava que o movimento negro e toda a nossa ação está muito adormecida, um pouco desarticulada. Conversando com ele no plenário, perguntava o que nós íamos fazer, pois não consigo acompanhar isso. Eu trabalho muito com a questão da violência infantil, de mulheres de todas as raças, e ainda queria conversar com ele, pois há muito tempo, na minha cidade de Pelotas – a cidade mais negra do estado, 48% da população é negra –, temos uma dificuldade,

como em todo o País, porque o Brasil tem uma cultura racista. Este é um País de negros, mas extremamente racista. Se não assumirmos isso, será muito difícil mudar de comportamento. Está impregnada nos brancos a idéia de desconsiderar aquele que é negro, tratado sempre como inferior. Se não reconhecemos isso, somos hipócritas.

(...) Não pensem que a modernidade, a tal evolução tecnológica e a civilidade mudaram as coisas. (...) Continuamos fingindo que a sociedade é moderna, que existe civilidade e sociabilidade, que o mundo não é mais antigo, mas é.

Quarenta e dois por cento das mulheres sofrem violência dentro de casa. Metade das famílias. Dois por cento só de negros estão na universidade. Os senhores sabem disso, estou só repetindo porque temos que lembrar a toda hora. (...) Cada vez que observamos os dados, temos que comparar e devemos corrigir. Começar realmente a fazer, Senador Paulo Paim, com que a Lei nº 10.690, que o Presidente Lula introduziu ao currículo, funcione. (...)

(...) Em minha cidade, existe um quilombo, que é o Maciel. E o (...) chamado Alto do Caixão. Temos dois. E eles vão depender do sucesso do movimento que pudermos articular. Isso está reacendendo o movimento todo contra o preconceito. É muito mais do que a terra. A terra é o primeiro momento, a terra é o direito, a dignidade e a justiça, mas acho que, a partir dessa luta, deve-se manter acesa essa organização (...).

Acho que é um bom momento para se reacender a luta, por exemplo, de se defender as cotas. Os senhores sabem que está sendo organizada uma luta para derrubar a lei de cotas. (...)

Acho que a Magali tem razão: ganhar o Governo não é ganhar o poder. É o povo que vai para as ruas e é ele que pode garantir as mudanças.

(...)

Deputado Estadual Edson Portilho (PT – RS)

(...) Quero lembrar que a Lei nº 11.731, de 9 de janeiro de 2002, dispõe sobre a regularização fundiária de áreas ocupadas

por remanescentes de comunidades de quilombos no Estado do Rio Grande do Sul. Ela é de nossa autoria, que representamos todo o conjunto do movimento negro gaúcho, e teve, no Decreto nº 41.498, de 25 de março de 2002, a sua regulamentação, assinando-o o então Governador Olívio Dutra. Esse decreto está vigorando no nosso estado, portanto, ultrapassa Partidos e Governos. É um compromisso de estado, assim, o Governador Rigotto também está comprometido com o cumprimento desse decreto e com o auxílio a essa luta e disposição de resistência.

(...) temos um convênio entre a Fundação Palmares e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, de junho de 2003, que também perpassa Partidos e Governos. É um convênio da Prefeitura com o Governo Federal, que trabalha pelo reconhecimento desse primeiro quilombo urbano do nosso País.

Cito essas leis e esses convênios para que possamos informar ao restante do País que estamos lutando, sim, pelas vias institucional e política, pela resistência e também buscando todas as redes de solidariedade.

Estivemos com o Prefeito Fogaça, que reafirmou esse convênio. Temos apoio dos Vereadores de Porto Alegre e da Secretaria Estadual de Segurança, que, no momento oportuno, impediu que lá fôssemos dizimados e que a violência campeasse naquele quilombo, porque fizemos pressão, porque telefonamos, todos nós, e mostramos ao Governo do Estado que se tratava de uma injustiça e de uma violência.

Também temos que registrar que procuramos o Juiz Lacerda. Depois de duas semanas de tentativas, conseguimos conversar com o Juiz e mostrar-lhe a importância desse quilombo urbano para Porto Alegre, para o Rio Grande do Sul e para o País. (...)

Procuramos, no Tribunal de Justiça, o Dr. Stefanelo, que nos ajudou por meio de um telefonema, naquela grande audiência, dizendo que o Tribunal de Justiça, respeitando o parecer do Juiz, tomasse uma posição como Poder e órgão público, e que nos aproximasse do Juiz, fazendo as tratativas importantes para que pudéssemos comunicar, informar e dialogar.

Quero também registrar que pressionamos o Incra, que tivemos parcerias, que a Fundação Palmares e a Sepir foram fundamentais nesse processo e que conseguimos, por intermédio da pressão, da negociação e do diálogo, essa proposta concreta dos cem dias que são necessários para que tenhamos a titulação. (...)

Pedimos aos Senadores Paulo Paim e Mão Santa que nos auxiliem no sentido de marcar uma audiência rapidamente, em Brasília, com o Ministro Miguel Rosseto, do Ministério do Desenvolvimento Agrário; com a Ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial; com o Ministro Gilberto Gil, do Ministério da Cultura e com o Ministro-Chefe da Casa Civil do Governo Lula para que possamos, juntos também com o Ministro Márcio Thomaz Bastos, do Ministério da Justiça, (...) para que, nesses cem dias, nenhuma ação de despejo ocorra neste Quilombo; que nesses cem dias possamos ter a tranqüilidade para articular a mobilização, esclarecer e informar à opinião pública tanto deste Estado como do nosso País. Que possamos ter como exemplo o ano da igualdade racial, o ano em que aprovaremos o Estatuto da Igualdade Racial, elaborado pelo companheiro Paulo Paim, nosso Senador, o ano em que marcharemos até Brasília na Marcha Zumbi + 10, enfim, o ano em que estaremos, sim, definitivamente lutando pelas cotas, lutando contra a anemia falciforme, trabalhando para sua prevenção, e também trabalhando os currículos nas escolas municipais, estaduais e particulares deste País com o intuito de reafirmar a verdadeira história e a contribuição do negro. Além disso, temos também a religiosidade, que, há pouco tempo, sofreu um enfrentamento sério no Rio Grande do Sul de disputa, sim, com setores atrasados da nossa sociedade. Fomos vitoriosos, por causa da nossa mobilização e disposição de luta.

(...) Tenho a certeza de que sairemos desta audiência pública vitoriosos. Na próxima semana – e aqui vai mais uma boa notícia –, na quarta-feira, às 17 horas, temos uma audiência marcada com o Governador Germano Rigotto. Portanto, gostaríamos de levar para essa audiência com o Governador um documento assi-

nado pelos Ministros da República do Governo Lula, que pedirão apoio também da Brigada Militar e ação efetiva, enérgica e decisiva do Governador Germano Rigotto para que nenhuma força policial retire o sossego da família Silva durante esses cem dias.

(...)

Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Estadual, Dionilson Marcon (PT – RS)

(...) Quero aqui, (...) em nome da Comissão de Direitos Humanos (...), não só agradecer por essa ação como também pela parceria que a esta Comissão tem com o Ministério Público Estadual, com o Ministério Público Federal nessa ação de fazer ciúme a qualquer órgão federal, e aqui a representação dos órgãos federais e estaduais, mais do que esses órgãos.

(...) Essa luta que envolve a questão da religião, a questão que a senhora disse muito bem, numa terra santa, para mim, igreja, terra santa só existe porque tem um povo que tem fé, que tem crença, que tem luta e mobilização.

(...) O companheiro Edson Portilho, incansável, disse que temos que mobilizar a Comissão de Direitos Humanos, mobilizar o povo dos sem-terra para vir aqui. Sou testemunha dessa articulação, podem ter certeza de que com o apoio e a luta... Quando fui lá e vi os pneus hoje de manhã, quinta-feira, amontoados, para se tentar escapar dessa luta, desse dragão que são os burgueses que estão lá, que são as imobiliárias, é uma luta de classe, companheiro. Não é pouca coisa que estamos enfrentando nesse momento. (...) Estamos brigando contra o latifúndio urbano, contra as imobiliárias, contra aqueles que sempre oprimiram os trabalhadores do campo e da cidade, e vamos lá festejar o lugar da terra santa. E os cem dias que o companheiro Edson Portilho pediu aqui são os cem dias que o Governo Federal pediu para tentar dar o título já dessa área. E estamos pedindo para a Justiça bom senso: não botem os trabalhadores da segurança pública contra a família Silva.

(...)

Senador Paulo Paim (PT – RS)

Meus amigos, estamos indo para o encerramento. É com muita alegria que passo a palavra a este meu companheiro de plenário, de caminhada, de jornada, nos debates da Previdência, do salário mínimo, enfim, principalmente no campo social, e que fez questão de me acompanhar, saindo de Brasília com a sua esposa, que também está presente, para participar desta audiência pública. Outro dia eu dizia ao Mão Santa: Senador, quanto mais o conheço mais o respeito. No momento da divisão dos quatro Senadores desta Comissão, da qual ele é vice-Presidente, que queriam que ele fosse a outro Estado, ele disse: "Não, tenho compromisso com os quilombolas; tenho compromisso com os negros deste País que são praticamente 50% da população. Desculpem-me, mas estou indo em direção ao Rio Grande com o Senador Paim".

Mão Santa, sabe como foi importante para mim você ter vindo conosco, porque se você não viesse a audiência pública não seria realizada. Eram necessárias as presenças do Presidente e de um outro Senador desta Comissão tão importante. Você está aqui e o Rio Grande te recebe de braços abertos. Tenha a certeza de que, quando você me chamar para uma audiência no Piauí, como você já sinalizou, para dialogar com a comunidade negra, com o movimento sindical, com os idosos, com os aposentados ou não, você sabe que lá também eu estarei.

Com vocês, Senador Mão Santa.

Senador Mão Santa (PMDB – PI)

(...) Meus senhores, encantadoras senhoras e adoradas crianças, estou aqui por dois motivos. O primeiro deles é para acompanhar o Senador Paulo Paim, figura extraordinária, de grandes conquistas. Resumiria: o salário mínimo só atingiu os cem dólares pelo Paim. Ele é o pai dessa luta. É admirável a beleza do seu comportamento nas reformas, em defesa do idoso, dos aposentados. Além disso, fazemos parte da Subcomissão de Igualdade Racial.

O outro motivo foi vir ao Rio Grande do Sul, Estado muito importante na nossa história. (...) os gaúchos foram os primeiros a pensar numa República, o governo do povo, para o povo e pelo povo; Bento Gonçalves, com o compromisso de libertar os negros. Essa é a grande vergonha do Brasil: fomos o último País do mundo a dar-lhes a liberdade.

Depois de dez anos, com a luta do negro pelo ideal da liberdade, o pacto não foi obedecido. Essa é a verdade. Os negros mostraram que "a vida é luta renhida, viver é lutar, a vida é um combate que os fracos abate e os fortes e bravos só pode exaltar". E eles foram esses bravos que deram o exemplo.

(...) Olhem a grandeza do mapa do Brasil! Atentai bem: menos de meio hectare para resgatar a nossa dívida com os negros que engrandeceram este País? (...) Quantas mansões desses poderosos, ambiciosos, pecadores há neste País? (...)

Eu sou do Piauí. Fui prefeitinho e governei aquele Estado. É por isso que estou aqui: nunca permiti. Esses confrontos existem, e a Justiça tem de aprender. A justiça é divina! Não é de juízes aí, de quem não sei os interesses. (...) O povo, decepcionado, foi às ruas e gritou: "liberdade, igualdade e fraternidade". (...) Nós estamos aqui para frear. É assim no Executivo. Eu fui freado pelo Poder Judiciário. É o equilíbrio. Essa ação é desequilibrada. Isso não é equilíbrio. É a vergonha. Isso é ridículo! Pela história, pela tradição e pelo simbolismo. O resto é conversa. (...) Não há coisa mais bonita do que o que disse um presidente branco, inspirado no livro de Deus: "A casa dividida é facilmente derrubada; este País não pode ser metade livre e metade escravo'. (...) Se nós, que somos autoridades, privilegiados, não olharmos por muitos que sofrem, esta sociedade livre perecerá. É esse quem sofre com uma família dessas. Angústia, estresse, indignidade, trauma! (...) Façam um depósito e não permitam um momento de intranqüilidade e infelicidade a esse povo. Simboliza essa independência que nós queremos.

(...) estou lendo um livro do Bill Clinton, onde ele afirma que o momento mais feliz, que inspirou toda a sua luta, foi quando viu, pela televisão, Martin Luther King, o sonho. Lutou e teve

muitas conquistas. E nós somos felizes porque o Rio Grande do Sul deu ao Brasil o nosso Martin Luther King.

O nosso sonho é esse. E o que diz a Declaração Universal dos Direitos Humanos? Diz que somos iguais, temos direitos inalienáveis à vida, à liberdade e à felicidade. (...)

Deputado Estadual Dionilson Marcon (PT – RS)

(...) Como gaúchos, temos muito orgulho do nosso companheiro metalúrgico, que foi Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, foi o criador da Central Única dos Trabalhadores em nível nacional, do PT, o Deputado Federal mais votado do Rio Grande do Sul, e hoje é nosso Senador e companheiro, Paulo Paim.

Os Senadores Mão Santa e Paulo Paim visitam o primeiro quilombo urbano do País

Senador Paulo Paim (PT – RS)

Meus amigos e minhas amigas da Mesa e do Plenário – todos já foram citados aqui por diversas vezes –, saio muito satisfeito desta audiência pública por tudo o que foi colocado e pelos encaminhamentos que foram feitos. Também quero informar, companheiro Edson Portilho, sobre a proposta que aqui configurou, que liguei para Brasília e consegui falar com dois ministros, e já está amarrado que, na semana que vem, teremos uma audiência em Brasília. Assunto: Quilombo Silva.

Essa é a primeira proposta e vamos tentar colocar na mesa, pelo menos, quatro ministros.

Em segundo lugar, não tenho como não falar do Senador Mão Santa, pois ele é um patrimônio nosso. Já falei inúmeras vezes que não falarei mais dele. Poderia, neste momento, dizer

para vocês que o símbolo desta caminhada, em primeiro lugar, Senador Mão Santa, sem sombra de dúvida, é a família Silva.

A família Silva consegue essa unidade tão sonhada por todos nós: que os partidos políticos deixem de lado as divergências, quando a causa é maior; que as instituições também deixem de lado divergências que possam ter, quando a causa efetivamente é justa.

Estão aqui o Movimento Sindical brasileiro, as entidades, as ONGs, advogados, Deputados Federais e Estaduais, Vereadores. A prefeitura quer uma coligação, o Governo do Estado quer outra, o Governo quer outra, unidos pelo interesse da família Silva.

Por isso, a família Silva é um símbolo de que é possível acertarmos neste País quando deixarmos de lado as questões pequenas e pensarmos no interesse da população deste querido Brasil.

Ouvi algumas críticas. Não pensem que não estamos sofrendo, por exemplo, com o debate em Brasília sobre as CPIs. Foi duro, mas entendo que a vontade popular prevaleceu. E, no nosso entendimento, com relação à CPI dos Correios ou do Mensalão, doa a quem doer, doa em que partido for, o Governo Lula irá até o fim nessa questão. Podem ter certeza absoluta: doa a quem doer, o Governo Lula vai até o fim!

Claro que é correto mobilizar. Eu vim do movimento sindical. Não me esqueço da caminhada que fizemos de Porto Alegre, não é, companheiro Adão? Gostaria que você se levantasse e que a platéia desse uma salva de palmas ao guerreiro Adão. Você lembra aqueles momentos daquela caminhada. E há muitos outros aqui. Nós lutamos para construir o processo democrático. Foi duro! Aqueles que exploraram este País e que nos escravizaram por mais de 500 anos, por favor, não queiram que o Presidente Lula, em dois anos e meio, resolva tudo o que vocês não fizeram. Não queiram, porque é impossível que isso aconteça.

Para mim, não tem governo perfeito. Nós fizemos muito e há muito o que fazer. E a mobilização popular tem que acontecer. Mas o Governo Lula não iria conseguir, em dois anos e meio, fazer o que essa elite não fez e destruiu, mantendo, inclusive, a população negra sob regime de escravidão por cerca de 400 anos e, por que não dizer, até por 500 anos! É só ver a realidade hoje do povo negro.

Não vou repetir aqui os dados. Quem continua na base da pirâmide em todas as áreas? É o povo negro. Quem está sendo escorraçado, expulso de sua legítima terra, onde seus familiares moram há mais de cem anos? É o povo negro! Claro que todos nós temos uma dívida enorme com negros e brancos que ficaram marginalizados por séculos e séculos. Temos de construir este novo momento, e a família Silva, aqui presente, está dando esse sinal.

Ao olhar para a família Silva, poderia pedir a qualquer uma que se levantasse, para eu fazer uma homenagem. Mas quero fazê-la a uma pessoa que não é do Rio Grande e que se chama – já aprendi a pronunciar seu nome, por tantas vezes em que o Senador a cita da tribuna – Srª Adalgisa.

Adalgisa, gostaria que se levantasse. A senhora representa aqui as mulheres brancas e negras. Pediria que a representante da família Silva se levantasse também e que a senhora ficasse de pé, Adalgisa. E vamos dar uma salva de palmas coletivas às mulheres brancas e negras que lutam pela liberdade, pela igualdade, pela justiça.

Pediria que toda a família Silva se levantasse. Penso que a melhor forma de encerrar esta reunião é dizer que haveremos de levar a Brasília tudo que aqui for dito. Vamos interagir, como disse o Senador Mão Santa, para que esse pequeno sonho, perto da realidade brasileira, torne-se realidade.

O Quilombo Silva passará a ser exemplo para o resto do Brasil. Vem, então, um pouco de orgulho, Senador Mão Santa. Como é bom estar aqui, no nosso Rio Grande, e dizer que estamos caminhando com a família Silva nessa grande cruzada nacional, para que, em cerca de cinco mil quilombos, seja efetivamente garantida a titularidade da terra aos remanescentes do grande Zumbi dos Palmares.

Oxalá, oxalá, no dia 20 de novembro, data de Zumbi dos Palmares, já tenhamos o Estatuto da Igualdade Racial, que garante a titularidade aprovada.

Concluo, dizendo: não vamos nos dividir. Vocês sabem o que estou falando. Sei que existem duas datas para a Marcha Zumbi + 10. Não vamos permitir – não temos esse direito, é uma irresponsabilidade – duas datas da Marcha Zumbi + 10. Zumbi +

10 é uma data somente. Nós estaremos todos em Brasília. Vamos seguir o exemplo da família Silva, que conseguiu unificar todos, ultrapassando as siglas, como eu dizia.

Se a Marcha Zumbi + 10 tiver de ser no dia 16, que o seja. O que não pode acontecer é nos dividirmos. Sei que não compete a mim, aqui, fazer a defesa do dia. Sei que existe o dia 16 e, parece-me, outro dia. Mas, se a marcha tiver de ser no dia 16, vamos ter humildade.

Edson, olho para você. Sei que você foi fundamental em todo esse processo. Você é que ficou nos secretariando. Sabe quem tem humildade? Os grandes homens. Aquele que não tem humildade e que não é generoso nas suas posições não é um grande homem.

Grande homem, grandes mulheres, grande família, família Silva, negros e brancos aqui representados na Mesa e que têm compromisso com essa caminhada em nome de tantos quilombolas, em nome de negros e brancos que sonham transformar este País em outro: no País da justiça, da liberdade, da igualdade, sem corrupção. Não temos o direito de nos dividir.

Vivam brancos e negros! Viva a família Silva! Viva o Brasil sem corrupção!

Um abraço a todos vocês.

Deputado Estadual Dionilson Marcon (PT – RS)

(...) Queremos agradecer, em nome da Comissão de Direitos Humanos, a presença do Senador Mão Santa, do Piauí, que está aqui, e ao nosso Senador Paulo Paim, e em nome dele, agradecer a todos e a todas que estiveram aqui no dia de hoje.

Um bom-dia a todos.

Muito obrigado. Até à vitória.